



## 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

---

Eixo: Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Sexualidades.  
Sub-eixo: Ênfase em Gênero.

### A OUTRA FACE DO “UNIVERSO FEMININO”: REFLEXÕES SOBRE A CONSTRUÇÃO DE GÊNERO E SUA RELAÇÃO COM A EXPLORAÇÃO SEXUAL

Lilian Martins de Lima<sup>1</sup>  
Amanda Frederico da Cruz<sup>2</sup>

**Resumo:** Esta é uma análise, através de embasamento bibliográfico, sobre elementos que favorecem a exploração sexual feminina. Ante a ótica da construção patriarcal e capitalista, e da reprodução desses sistemas, trazemos aspectos que apresentam como a cultura de nossa sociedade se configura, afetando inclusive a perspectiva da mulher sobre si mesma, possibilitando a sujeição a papéis desumanizantes.

**Palavras-chave:** Mulher; Patriarcado; Capitalismo; Machismo; Objetificação.

**Abstract:** This is an analysis, based on bibliography, on elements that favor female sexual exploitation. From the patriarchal and capitalist construction point of view and the reproduction of these systems, we bring aspects lay out how society's culture is configured, giving the means to affect even the woman's perspective on herself by allowing subjection to dehumanizing roles.

**Keywords:** Woman; Patriarchy; Capitalism; Sexism; Objectification.

#### INTRODUÇÃO

Este artigo principia um estudo a respeito do tema: *tráfico de mulheres para fins de exploração sexual* e tem como objetivo pensar sobre fundamentos de nossa sociedade que favorecem a objetificação e mercantilização do gênero feminino.

Por meio de uma reflexão teórica, tendo por base a teoria social crítica (fundamentada no Marxismo), pautada em autoras/es conceituadas/os no Serviço Social e na discussão do patriarcado e capitalismo, e autoras/es complementares ao debate de gênero e os desdobramentos desses sistemas, iniciamos uma consideração sobre como se estende a reprodução de ações que contribuem para a exploração sexual de mulheres.

Com raízes profundas, a depreciação feminina percorre diversas áreas da vida das mulheres - social, individual e coletiva - distorcendo relações e perspectivas do mundo e de si. Por isso, faz-se indispensável a larga argumentação sobre esse assunto e outros que o cercam, desvelando a realidade para articular seu enfrentamento.

---

<sup>1</sup>Estudante de Pós-Graduação. Faculdade Paulista de Serviço Social. E-mail: <lilianlima.br@live.com>.

<sup>2</sup>Profissional de Serviço Social. Secretaria de Habitação de Carapicuíba. E-mail: <lilianlima.br@live.com>.

## **SOBRE SER MULHER NUMA SOCIEDADE PATRIARCAL**

Ao discutirmos a mulher na sociedade brasileira, faz-se necessário abordar a construção de gênero e o patriarcado como forças que permeiam todas as camadas sociais, com características explícitas e veladas. O intuito é compreender como essas estruturas ideológicas se perpetuam como disparadores e mantenedores das desigualdades que vem se enraizando nas tradições culturais.

Segundo Saffioti (2015), o conceito de patriarcado compreende o período dos últimos 2.600 anos, originando-se por volta de 3.100 anos a.C. Com influências do pressuposto da divisão social (ou sexual) do trabalho, em que o homem desempenhava os trabalhos externos e de uso da força física e intelectual, por exemplo, e os afazeres domésticos ficavam sob a responsabilidade da mulher, atividades voltadas à manutenção do lar e da família, enaltecendo sua característica maternal, seguindo essa linha, tentando justificar-se em fatores biológicos e experienciais, constitui-se uma imagem de que o homem é mais forte e possui maiores capacidades de raciocínio e de comunicação, já a mulher é mais frágil, emocionalmente instável, dócil e “domesticável”, tendo vocação para cuidadora devido sua condição de mãe. Ao consolidar-se essa visão, foi-se atribuindo ao homem cada vez mais a posição de dominação, e à mulher a de submissão. Estes reflexos da divisão sexual do trabalho podem ser percebidos em nossa sociedade até os dias atuais.

Entende-se que, estabelecendo-se o que se compreende como a propriedade privada, com a fixação do ser humano num espaço (deixando de ser nômade), o homem vai assumindo o controle e passa a ser o “dono”, e a mulher sua subordinada. Na convivência em sociedade, também no espaço público o homem tem papel de destaque. A concepção de gênero masculino e feminino é carregada de representações sociais, que se dão nos papéis que ambos desenvolvem nos espaços institucionais, sejam eles públicos ou privados: família, religião, trabalho etc. Essa ideia é naturalizada e cristalizada no contraste entre homem e mulher, que explicita essa relação de dominação e subordinação. Saffioti (2015) compreende Gênero como o sexo socialmente produzido, onde o comportamento masculino e feminino são definidos, aprendidos e reproduzidos pela sociedade e a ideologia de gênero, então, consiste no fato de o homem passar a ser o detentor do poder nas relações sociais, seja no âmbito privado ou público, pois, como a autora explica, “as relações patriarcais, suas hierarquias, suas estruturas de poder contaminam toda a sociedade, o direito patriarcal perpassa não apenas pela sociedade civil, mas impregna o Estado” (SAFFIOTI, 2015 p.57).

Passando o homem a ser “dono”, a mulher é vista como parte de suas posses, o que retira dela os direitos de se expressar e decidir livremente quanto a sua postura moral, política, social, sexual, ou qualquer que seja. Portanto, dá o direito ao homem sobre a mulher, até mesmo os direitos sexuais sobre o corpo da mulher, justificando violências ocorridas no contexto doméstico ou externo a ele. A mulher então fica condicionada a preencher o lugar que lhe é determinado pelo homem, sendo coagida por esta ideologia de gênero. Como a autora traz nas relações entre homens e entre mulheres a desigualdade de gênero não é dada, mas pode ser construída, e o é, com frequência.

A autora alerta para o perigo e perversidade que existem na construção de gênero, uma vez que retira da mulher sua condição humana, o que traz como consequência inúmeras violações às quais a mulher é submetida, e não somente pelo homem, ou numa relação afetiva, marital, mas, devido ao fato dessa ideologia fazer parte da estruturação da sociedade capitalista, que é machista, cristã e burguesa, está incutida na mente e nas atitudes de toda a população de forma hegemônica, “[...] a questão se situa na tolerância e até no incentivo da sociedade para que os homens exerçam sua força – potência - dominação contra as mulheres, em detrimento de uma virilidade doce e sensível [...]” (SAFFIOTI, 2015 p.79).

Sob esta ótica irão se pautar as sujeições e abusos sofridos pela mulher, praticados pela sociedade, inclusive a violência sexual.

### **SOBRE SER MULHER NUMA SOCIEDADE CAPITALISTA**

Iamamoto (2014) discorre sobre importantes conceitos que nos ajudam a entender a desumana lógica da sociedade capitalista, e nos levam a refletir sobre o papel da mulher nessa sociedade.

Baseando-nos nessa concepção, observamos que o trabalho quando surge é originado por necessidades humanas. A interferência do homem sobre a natureza, transformando-a para suprir essas necessidades, é o que vem promover este homem como um ser social. A partir do instante que a humanidade começa a organizar-se em grupos, em sociedade, estabelecendo-se em espaço fixo, não dependendo mais apenas dos fenômenos da natureza, mas sendo capaz de manipulá-la e de construir objetos para seu conforto e melhor qualidade de vida, configura-se um fenômeno que Marx denomina como *trabalho vivo*.

O trabalho existe como processo de realização de capacidades faculdades e

possibilidades do indivíduo trabalhador, existe em fluxo, como movimento do sujeito, que impregna e mobiliza todas as suas funções vitais, a totalidade do indivíduo: suas capacidades, emoções, ritmos do corpo, faculdades da mente, sua atenção, sua personalidade, seus sentimentos. (MARX, 1981 apud IAMAMOTO, 2014, p.383).

Com o desenvolvimento das sociedades, e referindo-nos a era do capitalismo, o trabalho perde esse sentido de sobrevivência, e ganha uma nova conotação. O homem não mais trabalha para suprir suas necessidades, mas começa a produzir bens e serviços para atender a um mercado consumidor. Esses produtos, mercadorias, são trocados por dinheiro, para que com o dinheiro possa se adquirir o que for necessário à sobrevivência. No entanto, a sociedade capitalista está nitidamente segregada, a separação se faz entre duas classes: burguesia – que é dona dos meios de produção; e proletariado – que não possui os meios de produção, recursos materiais, precisando então vender a sua força de trabalho. Isso é conceituado por Marx como *trabalho morto*. A fragmentação e automação de processos vem dar também uma nova face ao modo de trabalhar e produzir. Conforme menciona a autora “a propriedade capitalista da terra transforma a agricultura, possibilitando a difusão do trabalho assalariado e a aplicação dos resultados acumulados pela ciência no desenvolvimento das forças produtivas” (Iamamoto, 2014, p.376).

No modo de produção capitalista, massificada, ocorre a alienação: o trabalhador já não se reconhece no produto final, não vendo o sentido de seu trabalho, por não acompanhar todo o desenvolvimento, apenas parte dele. Para o capitalista, a mercadoria é atribuído reconhecimento e valor, pois dela provém a riqueza. Marx compreende esse processo como *fetichização do trabalho*. Em termos práticos, significa atribuir a algo inanimado, como a mercadoria, o produto, importância maior do que a dada ao próprio ser humano. “Nesta sociedade capitalista, o objetivo não é apenas produzir produtos ou serviços que satisfaçam necessidades sociais. O objetivo é também a produção da riqueza e a reprodução ampliada do capital inicialmente investido” (Iamamoto, 2014, p. 377).

A partir do momento que tudo que o sujeito possui para trocar no mercado é a si próprio, sua capacidade de trabalhar para outrem e produzir bens/serviços para gerar lucro a terceiros (a burguesia), esse sujeito vai caracterizando-se, nesta lógica capitalista, como mercadoria, um objeto. A visão do trabalhador como um objeto, uma peça na engrenagem da indústria que gera a riqueza que se concentra na mão burguesa, entende-se por *objetificação*.

Como já exposto anteriormente, pautado na Saffioti (2015), sabe-se que à mulher está designada uma posição desfavorável e secundária em relação ao homem. Quando

pensamos na inserção dessa mulher no mercado de trabalho, vemos que a população feminina encontra-se em postos de trabalho além de subalternos, com salários menores e condições de trabalho precarizadas. A distribuição social do trabalho, seguindo o recorte de gênero, representa mais uma expressão machista da sociedade capitalista patriarcal.

Na década de 1990 se iniciou uma nova fórmula de acumulação do capital com a crise do fordismo/toytismo (modelos de produção industrial): o chamado processo de reestruturação produtiva. Segundo Antunes (2013), este processo vai impactar diretamente nas relações sociais do trabalho, dando abertura a um avanço significativo para a terceirização, promovendo a flexibilização do trabalho na qual o trabalhador, conseqüentemente um polivalente, terá de executar diversas funções para responder às necessidades do capital. A mulher vem percorrendo um longo processo histórico, caracterizado por conquistas e também desafios em todas as esferas da sociedade. No que tange ao mercado de trabalho, e com a efetivação do processo de reestruturação produtiva, é perceptível que essas questões de gênero emergem em maior intensidade. Antunes (2013) irá elucidar quanto à expansão do trabalho feminino que:

[...] tem, entretanto, um movimento inverso quando se trata da temática salarial, onde os níveis de remuneração das mulheres são em média inferiores àqueles recebidos pelos trabalhadores [homens], o mesmo ocorrendo em relação aos direitos sociais e do trabalho, que também são desiguais. (ANTUNES, 2013, p. 95).

Segundo Pesquisa Mensal de Emprego publicada pelo IBGE em 2016, em 2008 menos de 40% das mulheres estavam inseridas no mercado de trabalho com carteira assinada e o salário recebido por elas era em média 30% menor que o salário dos homens.

A ideologia capitalista que legitima a objetificação e mercantilização humana, somada à construção do gênero feminino, favorece diversas formas de violência contra a mulher. Se já é naturalizada a sobrevivência através da venda da força de trabalho, cada indivíduo que apresenta alguma limitação ou é vítima de preconceitos faz parte das minorias, sendo alocado nas camadas cada vez mais subalternas e precarizadas na estrutura social, inclusive no mercado de trabalho. Sendo esses indivíduos vistos como inferiores, incapazes e indignos, impedidos de ingressar em empregos formais, partem para trabalhos informais, muitas vezes tão indignos quanto acreditam que sejam. Sabemos que o trabalho intelectual já desfruta de maiores vantagens sobre o trabalho braçal, é mais valorizado e melhor remunerado, consideremos que em segundo lugar no “ranking do trabalho” esteja o trabalho operacional e braçal, quem não se enquadra na possibilidade de execução de nenhum desses, parte para aquilo que apreendemos

como a máxima da expressão capitalista da objetificação e mercantilização humana, e, no caso, da mulher: a venda de si mesma como produto.

Portanto, podemos compreender que a temática do tráfico de mulheres para fins de exploração sexual perpassa por fatores socioeconômicos, tais como a precária inclusão ou ausência de oportunidades de inserção no mercado de trabalho. A desigualdade social que vivemos em decorrência da acumulação capitalista, da injusta distribuição da riqueza socialmente produzida, coloca mulheres em situações financeiramente vulneráveis, propiciando circunstâncias convenientes à exploração do trabalho, inclusive o sexual. Não bastando a exploração com salários irrisórios, existe uma forma de exploração do trabalho análogo à escravidão - que implica em uma luta árdua para aquisição dos mínimos sociais para a sobrevivência e até a não remuneração monetária, com o cerceamento de liberdade. Isso entre outros fatores que serão discutidos mais adiante.

### **SOB A CONDIÇÃO DE OBJETO PARA SATISFAÇÃO DO HOMEM**

O papel de inferioridade e subordinação e a posição de “propriedade” ocupados pela mulher mediante a expressão do patriarcado (Saffioti 2015), associados às manifestações do trabalho enquanto fetiche e a mercantilização do humano lamamoto (2014), reforçados pela ideologia hegemônica e a cultura de erotização e objetificação do corpo feminino observada em nosso país e disseminada pelas mídias (Frizzera e Pazó, 2017), criam um cenário favorável para diversos tipos de violência praticados contra a mulher e a observação de um outro fenômeno: a objetificação sexual da mulher, “em que mulheres são tratadas como corpos que existem para o prazer sexual masculino” (LOUREIRO 2014, p.15).

Esse conceito é explorado pela autora, que traz a perspectiva psicológica e a percepção da mulher sobre si. Baseando-se principalmente na Teoria da Objetificação (Fredrickson e Roberts, 1997) e relacionando a dimensão de corpo e beleza, Loureiro discorre sobre fatores que fazem com que a mulher se auto-compreenda como objeto sexual, não necessariamente de forma objetiva e consciente, mas identificada a partir de construções socioculturais. Dessa forma, temos como objetivo apresentar as nuances que possibilitam que a mulher se submeta, dispondo-se como um produto na vitrine, “vendendo”, por fim, não apenas sua força de trabalho, como seu próprio corpo, e ficando suscetível à exploração sexual de terceiros.

A naturalização dessa prática na sociedade pressiona mulheres a se engajarem

em comportamentos que aumentem seu apelo heterossexual e implica na expectativa e aceitação, de ambos os sexos, de que as mulheres sejam tratadas, e se comportem, como objetos sexuais para os homens (Smolak & Murnen, 2011). A objetificação sexual é uma prática que interage e contribui com diversos outros tipos de opressão sofridas pelas mulheres, tais como as violências sexuais (e.g. Kendall-Tackett, Williams & Finkelhor, 1993; Barbosa, 1999; Vargas, 2008; Oshikata et al., 2011), a normalização dessas violências (e.g. Hlavka, 2014), a culpabilização das vítimas e não dos agressores (e.g. Scarpatti, 2013; Tang & Tan, 2003), entre outras. (LOUREIRO, 2014, p.15).

Enfatizamos que a mulher pode ser submetida e condicionada a esse tipo de pensamento e posicionamento, influenciada por diversos fatores socioculturais que a refutam, mas legitimam o comportamento do agressor. Por essa razão, não deve haver a culpabilização da mulher, da vítima, mesmo que essa não reconheça a situação de violência em que se encontra.

Como analisado por Figueredo e Milanez (2013), desde cedo é lançada sobre a menina a expectativa de que seja um elemento de beleza e delicadeza (submissão, docilidade), objeto de admiração e atratividade. A erotização da imagem de meninas acontece precocemente, sob o pretexto de que as mulheres amadurecem mais depressa. A mulher, então, desde muito jovem, é condicionada a conquistar os olhares e o espaço no mundo dos homens através de sua postura e imagem (objetificação), onde agradá-los corresponderia à obtenção de sucesso. Até meados do século XIX essa ideia de sucesso estava vinculada ao fato de conseguir um bom casamento. Porém, como traz Cunha (2011), o corpo feminino também pode ser observado como recurso para uma boa colocação no mercado de trabalho, comandado por homens: o assédio sexual que constrange a mulher para que consiga uma promoção no trabalho ou que a chantageia para que, cedendo, não seja prejudicada e até demitida.

A mídia, através de campanhas publicitárias, novelas e outros recursos, tem um papel fundamental na consolidação da imagem da mulher como objeto ao longo dos anos, perpetuando estereótipos do século passado, pois a exposição do corpo feminino está intimamente ligada à venda dos mais variados tipos de produtos, sejam bebidas alcoólicas, moda, estética, automóveis, artigos domésticos, artigos de luxo, masculinos ou femininos, mostrando explicitamente como as mulheres são consideradas submissas aos homens. Nelas [as campanhas], a mulher é literalmente posta ao chão, como um objeto do homem. Como exemplificado abaixo:

[...] a objetificação sexual em imagens diversas, como na própria propaganda. Pode-se dizer que está presente em construções simbólicas como as seguintes: a imagem só mostra parte ou partes do corpo da pessoa; quando é coberta a sua cabeça para aparecer apenas partes do corpo; a pessoa é usada como apoio para objetos; uma imagem sensual de uma pessoa é utilizada sem propósito (para vender um relógio, por exemplo); a imagem passa a ideia da violação da integridade física de uma pessoa sem seu consentimento ou de outro tipo de violência, denotando alguém vulnerável; a imagem sugere que a disponibilidade sexual é uma característica que define a pessoa; a imagem mostra uma pessoa

sendo exibida como mercadoria; o corpo da pessoa é usado como tela para passar alguma mensagem. (HELDMAN, 2012 apud LOURENÇO, et al., 2014, p.5 ).

Músicas depreciativas ou de apelo sexual também fazem parte do arsenal que fortalece a visão objetificada sobre a mulher, outrora apresentando-a como frágil, sentimental, sensual progredindo para um simples corpo descaracterizado por linguagens de baixo calão que não tem qualquer objetivo senão exibir a mulher como utensílio que se emprega ao deleite sexual do homem (DUARTE, 2016).

Além disso, o padrão de beleza divulgado, atrelado às supostas preferências masculinas, legitimam que o corpo feminino está posto como instrumento para servir às vontades e prazeres dos homens:

O corpo do manequim é o modelo absoluto de desejo, constituindo um bem assim como os demais que são veiculados pela publicidade. A redescoberta do corpo é sempre a do corpo enquanto objeto e, portanto, a única pulsão que é realmente libertada na sociedade de consumo é a da compra. (FRIZZERA E PAZÓ, 2017, p. 2).

A indústria pornográfica, ou mercado erótico, da mesma forma se valem do corpo feminino para instigar, na sua maioria, homens. Essas representações são descontextualizadas, por vezes exageradas, concedendo à mulher caráter de mecanismo de regalo sexual (GREGORI, 2003).

Mesmo quando pensamos em simples gestos, aparentemente inofensivos, como, por exemplo, a gratuidade que muitas “baladas” oferecem às mulheres, e que, na lógica de haver muitas mulheres na casa, isso atrai maior quantidade de homens pagantes, percebe-se a mulher como objeto de barganha.

Bem como o controle sobre a sexualidade da mulher, que estabelece uma relação do poder masculino, enfatizando mais uma vez que o corpo feminino não serve sequer a seu próprio prazer, mas ao do homem. Isso mobilizou as mulheres para uma luta travada especialmente da década de 1960, para que a mulher pudesse compreender sua sexualidade e as relações sexuais não apenas para fins de reprodução, mas para sua satisfação sexual, com a conquista do uso da pílula anticoncepcional, por exemplo (GROSSI, 2012). Essa luta recentemente foi novamente desarticulada com a proposta de emenda à constituição (PEC) 181/2015, que aprovaria a criminalização do aborto até em casos de estupro, ou mesmo se a gestação oferecesse riscos à vida da mãe ou do feto não poderia ser interrompida. Mais uma mostra de que a mulher ideologicamente não é vista como “dona de si”, dotada de direitos de fazer suas escolhas relacionais, afetivas, sexuais, inclusive reprodutivas.

Ao naturalizarmos a erotização, busca por padrões estéticos, representações do feminino sujeitado e desumanizado, que podem ser observadas em diversas expressões

da nossa cultura – novelas, filmes, propagandas, músicas, pornografia etc. – estamos reforçando e reproduzindo a ideia da “mulher objeto”, tornando esse objeto, então, desejável, vendável, como mercadoria que alavanca números de audiência e os lucros.

A “objetificação” do público feminino pode tornar o corpo feminino suscetível a desrespeito por parte de alguém, sem que isso pareça errado. É comum até mesmo a violência física sexual por parte do público masculino para com as mulheres. (LOURENÇO, et al., 2014, p.4).

Loureiro (2014) sugere que essa ideologia é introjetada nas mulheres e a auto-objetificação ocorre na medida em que as mulheres perseguem esse padrão do desejável. Nota-se ainda que o malefício dessas influências objetificantes com relação à mulher não se limitam à busca do corpo perfeito, às selfies insinuantes nas redes sociais, mas também incluem profundas marcas de menosprezo que tornam a mulher coadjuvante de sua própria história, e nesse processo, compreendendo que sua condição já está determinada, a mulher se submete a cumprir o que lhe foi designado: agradar aos olhos, dar prazer aos sentidos e garantir-se emocionalmente e financeiramente através dessa condição de subordinação.

Posto isso, nesta análise é possível identificar os infortúnios femininos sofridos: na insatisfação constante consigo mesma e com seu próprio corpo, por não atender à idealização machista; em assédios sexuais no trabalho, para conceder-lhe empregabilidade; em relacionamentos abusivos, alimentados por instabilidade emocional e a busca de um afeto que acredita-se não merecido; uso do corpo e da sexualidade como moeda de troca para arrecadação financeira, como a prostituição, por exemplo; e por fim a vulnerabilidade à exploração e escravização sexual<sup>3</sup>.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A exploração sexual de mulheres é uma realidade oportunizada pelo fato de parte da nossa construção cultural ter-se aplicado à concepção de que a mulher é um objeto, uma mercadoria. Esse quadro se concretiza em muitas vidas femininas devido à construção patriarcal de nossa sociedade, que coloca a mulher no papel inferiorizado e de submissão, à estruturação econômica sexista, que ainda submete as mulheres a

---

<sup>3</sup> Diferenciamos a prostituição e a exploração sexual conforme a seguinte perspectiva: na prostituição a mulher opta por trabalhar vendendo seu corpo para prestação de serviços sexuais, recebendo um pagamento por isso e tendo considerável autonomia no processo de decisão sobre si e seus clientes; já na exploração sexual, a mulher é coagida, suprimida de pagamentos e liberdade, podendo ser submetida a situações insalubres, ficando a mercê de seu explorador, que é quem se beneficia de alguma forma com seu desempenho sexual. (SOUZA, 2012).

empregos precarizados e a salários menores que os dos homens, à fragilidade de políticas públicas de atendimento à mulher para enfrentamento das raízes desses problemas, fortalecimento de sua identidade, e possibilidade de *empoderamento* e emancipação em casos de dependência emocional e/ou financeira, e também à ausência ou pouca expressividade de um trabalho abrangente com os demais atores para desconstrução do machismo.

Quando a mulher encontra-se desamparada de referências novas e positivas, e possibilidades concretas de superação desse retrato deturpado criado sobre si, encontra-se sujeita a cair enredada no velho artifício de objetificação e mercantilização de sua imagem, de seu corpo, entendido que esse é comercializável, e que a venda gera a sobrevivência no sistema capitalista. A venda da imagem e do próprio corpo da mulher é um mercado lucrativo que precisa ser desconstruído.

Para que as mulheres se encontrem menos sujeitas a serem de exploração sexual, é necessário a concretização das demais políticas públicas, promovendo educação de qualidade, oportunidades de trabalho formal e bem remunerado, moradia digna, saúde física e mental, segurança e igualdade de gênero e racial. Há negligência do Estado no enfrentamento do problema, na medida em que o mesmo não investe na efetivação dessas políticas e diversas mulheres, em especial negras e pobres, sem acesso a esses direitos vivem os efeitos também dessa violência estrutural. Importante mencionar que a eleição do Presidente da República Jair Messias Bolsonaro, que assumiu o governo em 2019, traz consigo uma postura extremamente conservadora e reacionária, e suas propostas de governo são pautadas no desmonte das políticas públicas e dos direitos sociais. Bolsonaro defende uma visão completamente elitista, racista, misógina e homofóbica, que legitima toda forma de violência, e já vimos que nessa sociedade as mulheres são fortemente prejudicadas. Cabe também ao Serviço Social, sobretudo nesses momentos de crise, fomentar o pensamento crítico e as discussões que fortaleçam as causas populares e promovam mais justiça social, evitando que as reais causas dos problemas sociais sejam camufladas, trabalhando para a conscientização da população como alternativa para a transformação da realidade social.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. A Nova Morfologia do Trabalho. **Revista Jurídica UniSEB**, Ribeirão Preto, ano 3, n. 3, 2013.

CANEZIN, Claudete Carvalho. A mulher e o Casamento: Da submissão à emancipação. **Revista Jurídica Cesumar**, v. 4, 2004

CUNHA, Barbara Madruga da. Violência contra a mulher, direito e patriarcado: perspectivas de combate à violência de gênero. 2014. Artigo Classificado em 7º lugar na XVI Jornada de Iniciação Científica de Direito da UFPR, 2014

DUARTE, Natalia Vera. **As questões de gênero e as representações da mulher música funk**. Disponível em: <<http://www.comunicacao.uff.br/pdf>> Acesso em 20 de nov. 2017.

FIGUEREDO, Talita Sousa; MILANEZ, Nilton. **O Sujeito Mulher: Uma Construção da memória da Beleza**. Disponível em: <<http://www2.uesb.br>> Acesso em 10 de dez. 2017.

FRIZZERA, Mariana Paiva; PAZO, Cristina Grobério.; **Erotismo e Beleza do corpo feminino Objetificado: Publicidade de lingerie na construção das identidades das mulheres na história** In: XXIX SIMPÓSIO DE HISTÓRIA NACIONAL, 2017.

GREGORI, Maria Filomena. **Relações de violência e erotismo**. Cadernos pagu (20) 2003: pp.87-120.

GROSSI, Miriam Pillar. **Identidade de Gênero e sexualidade**. Disponível em: <<http://miriamgrossi.paginas.ufsc.br>> Acesso em: 02 de nov.2017.

IAMAMMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em Tempo de Capital e Fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2014.

LOUREIRO, Carolina Piazzarollo, 1988. Corpo, beleza, e auto-objetificação. 2014. 147 f. il. Dissertação Mestrado em Psicologia. Universidade Federal do Espírito Santo: Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2014.

LOURENÇO, Ana Carolina Silva; ARTEMENKO, Natália Pereira; BRAGAGLIA, Ana Paula. **A “objetificação” feminina na publicidade: uma discussão sob a ótica dos estereótipos** In: XIX CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE, 2014, Vila Velha.

OLIVERIA, André Ricardo de; GAIO, Luiz Eduardo; BONACIM, Carlos Alberto Grespan. **Relações de gênero e ascensão feminina no ambiente organizacional: um ensaio teórico**. Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria [en linea] 2009, Disponível em: <<http://www.redalyc.org>> Acesso em: 10 de dez. 2017.

PORTAL do IBGE, **Algumas características da inserção das mulheres no mercado de trabalho 2003-2008**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 08 de dez. 2017.

SAFFIOTI, Heleith Iara Bongiovani. **Gênero, Patriarcado, violência**. 2ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTOS, Eloisa Gabriel dos. **Mulheres Jovens de Uruaçu (GO), Vulneráveis ao Tráfico de Pessoas para a Exploração Sexual Comercial**: Subsídio para o Atendimento do Serviço Social. 2008. 128 f. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2008.

SOUSA, Tania Teixeira Laky de. **Tráfico internacional de mulheres**: nova face de uma velha escravidão. 2012. 382 f. Tese de Doutorado em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2012.